



LICENÇA DE OPERAÇÃO

Nº:

011/16 LO

VALIDADE ATÉ 13/05/2019

DATA DE EMISSÃO:

13/05/2016

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

NOME:

GUARANTA COMERCIO DE MADEIRA LTDA - ME

CNPJ Nº:

11.876.458/0001-25

LOGRADOURO:

AV. JOSE HERCULANO

CADASTRO PMC:

N/A

NÚMERO:

9520

COMPLEMENTO:

BAIRRO:

PEREQUÊ MIRIM

CEP:

11.669-330

MUNICÍPIO:

CARAGUATATUBA/SP

ATIVIDADE PRINCIPAL:

DESCRIÇÃO:

47.44-0-02 – Comércio varejista de madeira e artefatos.

BACIA HIDROGRÁFICA:

LITORAL NORTE

UGRHI:

3

CORPO RECEPTOR:

Rio Juqueriquerê

SUB-BACIA:

Rio Juqueriquerê

ÁREA (METRO QUADRADO):

TERRENO:

1.983,34 m²

CONSTRUÍDA:

114,00m²

ATIVIDADE AO AR

LIVRE:

0m²

NOVOS

EQUIPAMENTOS:

LAVRA (ha):

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO (h):

INÍCIO:

08:00

TERMINO:

às 18:00

NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS

ADMINISTRAÇÃO

01

PRODUÇÃO

5

LICENÇA PRÉVIA, DE INSTALAÇÃO E DE OPERAÇÃO

DATA

NÚMERO

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca de Caraguatatuba, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Municipal Nº 171 de 23 de novembro de 2010, em conjunto com as disposições da Lei Complementar Federal 140/2011 combina com a Deliberação CONSEMA 01/2014, e em conformidade com a Resolução CONAMA Nº 237 de 19 de dezembro 1997 e Lei Municipal nº 1.807 de 08 de março de 2010, concede a presente Licença Ambiental de Operação, nas condições e termos nela constantes.

A presente Licença está sendo concedida com base nas informações apresentadas pelo interessado e não dispensa ou substitui quaisquer Alvarás ou Certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

As exigências técnicas, relação de equipamentos, capacidade produtiva e outras observações, partes integrantes desta licença, estão relacionadas no processo e em folha anexa.

A presente licença está sujeita a caducidade nos termos do artigo 10 do Decreto Municipal 171 de 23 de novembro de 2010.

Alterações nas atuais atividades, processos ou equipamentos deverão ser precedidas de novo processo de Licenciamento Ambiental nos termos do decreto acima mencionado.

Caso venham a existir reclamações da população vizinha em relação a problemas de poluição ambiental causados pela firma, esta deverá tomar medidas no sentido de solucioná-los em caráter de urgência.

A renovação da licença de operação deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 dias, contados da data da expiração de seu prazo de validade.

USO DA PMC:

EMITENTE

Ar, Solo, Ruído, Água.

SMAAP - Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca
Av. Rio de Janeiro, 171 - Jd. Primavera - Telefone: (12) 3897 2530

Auracy Mansano Filho

Secretário de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

Anderson José V. Ribeiro
Eng. Agrônomo
Diretor de Meio Ambiente

28/01/2016



LICENÇA DE OPERAÇÃO

Nº:
011/16 LO

VALIDADE ATÉ 13/05/2019

DATA DE EMISSÃO:
13/05/2016

A PRESENTE LICENÇA FOI CONCEDIDA COM BASE NAS INFORMAÇÕES DECLARADAS PELO RESPONSÁVEL PELO EMPREENDIMENTO POR OCASIÃO DE SUA SOLICITAÇÃO (PROCESSO EM EPÍGRAFE). ESTANDO CONDICIONADA AO ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS ABAIXO.

EXIGÊNCIAS TÉCNICAS:

01 - Os efluentes gerados no empreendimento, independentemente de sua origem (industrial ou sanitário), deverão ser tratados e dispostos adequadamente, de forma a atender aos padrões de emissão e de qualidade estabelecidos no Regulamento da Lei Estadual nº 997/76 aprovado pelo Decreto Estadual nº 8468/76 e na Resolução CONAMA 357/05 e suas respectivas alterações.

02 - Todas as áreas operacionais que compreendem as áreas de lavagem devem ser dotadas de sistema de drenagem que direcione os efluentes nelas gerados para o respectivo sistema de tratamento.

03 - As possíveis fontes de poluição atmosférica do empreendimento deverão ser controladas de forma a atender aos padrões ambientais estabelecidos pelo Regulamento da Lei Estadual nº 997/76, aprovado pelo Decreto Estadual nº 8.468/76 e suas alterações, bem como não causar incômodos à população vizinha.

04 - Os resíduos sólidos gerados no empreendimento, independentemente de sua classificação, deverão ser adequadamente armazenados, em conformidade com as normas estabelecidas pela associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e dispostos em locais aprovados tanto pelo órgão licenciador quanto pela CETESB, de modo a não causar danos ao meio ambiente ou trazer risco à saúde pública.

05 - Os níveis de ruído emitidos nas etapas de implantação do empreendimento deverão atender aos padrões estabelecidos pela norma NBR 10151 - "Acústica - Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade - Procedimento" da ABNT, conforme Resolução Conama 01, de 08 de março de 1990, retificada em 16 de agosto de 1990.

06 - As vibrações geradas pelas atividades do empreendimento deverão ser controladas de modo a evitar incômodos ao bem estar público.

07 - Fica proibida a emissão de substâncias odoríferas na atmosfera, em quantidades que possam ser perceptíveis fora dos limites da propriedade do empreendimento.



LICENÇA DE OPERAÇÃO

Nº:
011/16 LO

VALIDADE ATÉ 13/05/2019

DATA DE EMISSÃO:
13/05/2016

OBSERVAÇÕES

01 - Para emissão da presente licença foram analisados aspectos exclusivamente ambientais relacionados às Legislações Municipais, Estaduais e Federais pertinentes.

EXIGÊNCIAS TÉCNICAS:

01 - Os efluentes gerados no empreendimento, independentemente de sua origem (industrial ou sanitário), deverão ser tratados e dispostos adequadamente, de forma a atender aos padrões de emissão e de qualidade estabelecidos no Regulamento da Lei Estadual nº 997/76 aprovado pelo Decreto Estadual nº 8468/76 e na Resolução CONAMA 357/05 e suas respectivas alterações.

02 - Todas as áreas operacionais que compreendem as áreas de lavagem devem ser dotadas de sistema de drenagem que direcione os efluentes nelas gerados para o respectivo sistema de tratamento.

03 - As possíveis fontes de poluição atmosférica do empreendimento deverão ser controladas de forma a atender aos padrões ambientais estabelecidos pelo Regulamento da Lei Estadual nº 997/76, aprovado pelo Decreto Estadual nº 8.468/76 e suas alterações, bem como não causar incômodos à população vizinha.

04 - Os resíduos sólidos gerados no empreendimento, independentemente de sua classificação, deverão ser adequadamente armazenados, em conformidade com as normas estabelecidas pela associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e dispostos em locais aprovados tanto pelo órgão licenciador quanto pela CETESB, de modo a não causar danos ao meio ambiente ou trazer risco à saúde pública.

05 - Os níveis de ruído emitidos nas etapas de implantação do empreendimento deverão atender aos padrões estabelecidos pela norma NBR 10151 - "Acústica - Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade - Procedimento" da ABNT, conforme Resolução Conama 01, de 08 de março de 1990, retificada em 16 de agosto de 1990.

06 - As vibrações geradas pelas atividades do empreendimento deverão ser controladas de modo a evitar incômodos ao bem estar público.

07 - Fica proibida a emissão de substâncias odoríferas na atmosfera, em quantidades que possam ser perceptíveis fora dos limites da propriedade do empreendimento.